

A MODERNIZAÇÃO AGROPECUÁRIA E SUAS REPERCUSSÕES NO AGRESTE DE PERNAMBUCO ¹

JOSÉ MAURÍCIO PEREIRA ²

RESUMO – Analisa a modernização ocorrida na agropecuária do Agreste pernambucano, entre 1960 e 1980. O processo se verifica pelo crescimento da pecuária bovina, apoiada e sustentada pelo Estado, por meio de incentivos fiscais e linhas de crédito. A partir do confronto entre a evolução da pecuária bovina e a produção de alimentos, verifica-se como se deu o crescimento e a intensificação da pecuária, suas consequências para as lavouras, analisando os impactos sociais causados, sobretudo a expansão do mercado de trabalho assalariado pela expulsão de pequenos produtores de alimentos e algodão. Enquanto o rebanho e as pastagens plantadas crescem, a área das culturas temporárias, sobretudo alimentícias, sofrem redução. As tradicionais relações de produção calcadas no binômio culturas alimentares x pecuária são substituídas com a expansão do criatório, provocando o desemprego de um apreciável contingente de pequenos produtores, engrossando o número de trabalhadores assalariados temporários na atividade canavieira ou emigrando para centros urbanos. Em 20 anos os imóveis com menos de 10 ha apresentaram redução do número e da área ocupada; os efetivos bovinos cresceram 2,5 vezes e a produção de leite 3,4 vezes; a área ocupada com pastagens cresceu 400.000 ha, enquanto as culturas alimentares decresceram em 230.000 ha; em 1980 o número de estabelecimentos e a respectiva área trabalhada por não proprietários representa 68% em relação a 1970.

Termos para indexação: modernização agropecuária; ação do Estado; culturas alimentares; pastagens; pecuária bovina; Agreste pernambucano, repercussões sociais.

LIVESTOCK MODERNIZATION AND ITS SOCIAL IMPACTS AT THE "AGRESTE" OF PERNAMBUCO STATE IN BRAZIL

ABSTRACT – The text analyses the process of modernization that took place in the crop and cattle raising activities at the "Agreste" of Pernambuco state, between 1960 and 1980. Cattle raising was strongly supported by public policies, such as fiscal benefits and credit, and therefore became the most dynamic rural activity in the area. The paper compares, then, the growth of last aspect is related to the growth of wages' relationships which substitutes for family production of food and cotton as cash crop. The development of the pastures caused decrease of areas of temporary crops. Semi-proletarian relationships that used to be present as a traditional association of cattle raising and food crop were destroyed. The cause was the above mentioned growth of cattle raising which, led to the unemployment of many landless small-scale producers. They became temporary wage workers in the capitalist sugar cane farms or migrated to the urban centers. In a Span of 20 years, very important changes occurred: the small properties (less than 25 acres) became smaller and less numerous; the cattle grew 2.5 times and milk production 3.4 times; the pastures increased by 1,000,000 decreased by 68 per cent compared to the 1970 situation.

Key words: food crops and cattle raising modernization, Public policies; food crops; pastures; cattle raising, "Agreste" of Pernambuco state; social impacts.

INTRODUÇÃO

Nos anos de 1960 a análise dos técnicos e administradores do setor público acerca da agricultura no Nordeste ressaltava o atraso do setor que constituía um freio ao desenvolvimento industrial do país. A arcaica estrutura agrária regional era tida como a causa principal do fraco desempenho da agropecuária e do bai-

¹ Recebido em 3/11/86
Aceito para publicação em 19 de maio de 1987

² Engenheiro Agrônomo – CONDEPE – Recife, PE – CEP – 50000
Aluno do Mestrado em Administração Rural da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

xo padrão de vida da maioria da população rural. Em relação ao setor secundário a agricultura falhava sobretudo na oferta da matéria-prima necessária e em não constituir um mercado consumidor interno dos produtos manufaturados.

Para remediar estes males, técnicos dos organismos estatais sugeriram uma profunda reformulação nas relações de posse e uso da terra na região, assim como uma dinamização nas medidas de apoio às atividades produtivas.

A partir da década de 70, o governo destinou considerável parcela de recursos financeiros para investimento na agropecuária nordestina e algumas atividades foram intensificadas através do emprego de novas tecnologias. Verificou-se um processo de modernização que beneficiou algumas regiões e atividades. Sob os auspícios do Estado expandiu-se a produção, em particular as culturas de exportação e a pecuária, através da utilização de novas tecnologias, sobretudo aumento do uso de insumos e intensificação do uso de máquinas.

A avaliação das repercussões sociais causadas pela ação do Estado na agropecuária revela que a modernização favoreceu o desenvolvimento do capital pela concentração da terra, a dinamização de atividades ligadas às grandes propriedades e a proletarização da mão-de-obra.

Como resultado da execução dessa política, assistiu-se à mudança para as cidades das massas rurais, expulsas dos seus locais de trabalho, sem acesso aos meios de produção, provocando um processo de urbanização indesejável, onde as cidades não apresentam condições de receber tais contingentes, tanto no ponto de vista da oferta de emprego quanto da infra-estrutura necessária.

O trabalho tem por objetivo a análise da modernização ocorrida na agropecuária do Agreste pernambucano, nos últimos 20 anos. Esta modernização se verifica através do processo de alastramento da pecuária bovina, apoiada e sustentada pelo Estado, por meio dos incentivos fiscais e dos recursos financeiros oriundos de outros programas de estímulo ao setor primário, como o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste – PROTERRA. O estudo contemplará como se deu o crescimento e a intensificação da pecuária, suas consequências para as lavouras, privilegiando igualmente a análise dos impactos sociais causados, sobretudo a expansão do mercado de trabalho assalariado pela expulsão de pequenos produtores dos seus roçados, substituídos pelo capim plantado.

As informações oriundas dos Censos da Fundação IBGE para o Agreste pernambucano e contidas nesse trabalho, referem-se ao conjunto das Microrregiões Homogêneas Arcoverde, Agreste Setentrional, Vale do Ipojuca e Agreste Meridional

O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DO AGRESTE

No Nordeste, como em todo o país, a distribuição da terra, diagnosticada como uma causa fundamental do atraso no setor primário, não mereceu prioridade no processo de modernização implantado na região. Apesar dos objetivos declarados nas políticas postas em prática a ação do setor público permitiu e estimulou o processo de concentração fundiária.

A tabela 1 apresenta a evolução dos imóveis agropecuárias em Pernambuco, no que se refere ao número e à área correspondente, nos anos de 1965, 1972 e 1976. Em princípio ressalta-se que no estado diminuiu o número total de imóveis, assim como no estrato com menos de 10 ha, sobretudo no ano de 1972. No Sertão os imóveis com mais de 10.000 ha apresentaram expressiva evolução negativa no período, enquanto cresceu o número daqueles entre 10 e 1.000 ha. No Agreste decresceu o número total de imóveis, bem como o da faixa com menos de 10 ha, atingindo os valores mais baixos em 1972, ao passo que as propriedades entre 1.000 e 10.000 ha tiveram seu número bastante aumentando. Na Mata o estrato entre 100 e 1.000 ha apresentou grande redução no seu número e as propriedades com mais de 10.000 ha cresceram 200%. No que se refere à área ocupada as unidades com menos de 10 ha apresentaram redução em todo o estado, sobretudo em 1972. No Agreste e na Mata a categoria de imóveis entre 1.000 e 10.000 ha teve importante incremento de área no período considerado e na Mata o estrato com mais de 10.000 ha obteve igualmente considerável ganho de área.

A política fundiária tem atuado de modo ambíguo: por um lado favorece o processo de concentração, por outro, procura diminuir os efeitos das tensões e dos conflitos, pela regularização e redistribuição de terras, em número e amplitude ínfimos que não modificam substancialmente a situação.

A pecuária bovina intensiva tem constituído um setor altamente privilegiado pelas ações do setor público, através de linhas de crédito especial e dos incentivos que vieram consolidar e sistematizar uma política já adotada em fator dos processos de modernização agrícola e de concentração fundiária nas grandes propriedades.

A intensificação da pecuária bovina se fez através do financiamento ao uso de insumos, à implantação de benfeitorias, substituindo-se antigas relações de produção calcadas no binômio culturas de subsistência x pecuária. O financiamento se fez com juros subsidiados e para alguns insumos com juros nulos.

A tabela 2 apresenta a evolução dos investimentos nas propriedades do Agreste pernambucano, entre 1970 e 1980. Para 1960 não se tem as informações referentes aos investimentos em terras e o montante do financiamento para investimento agropecuário.

No total dos investimentos houve aumento da participação do Agreste em relação a Pernambuco no ano de 1980, comparado com os anos 75 e 70, passando de quase 39% para 46%. Verificou-se uma importante elevação dos investimentos em aquisição de terras nos anos considerados, alcançando 65% em 1975 e 61% em 1980, contra 46% em 1970. No que se refere às instalações e benfeitorias houve pouca variação no Agreste como um todo, observando-se uma elevação relativa desses investimentos também no ano de 1975.

A tabela 3 mostra a participação maior do Estado no financiamento ao setor primário através das entidades oficiais de financiamento. Para o Agreste, em 1970 o setor público entrou com quase 80% do financiamento, enquanto em 1975 e 80 essa participação se elevou para um pouco mais de 90%.

O PROTERRA foi um dos instrumentos de crédito utilizado com a função de promover a modernização da nossa agricultura. No que se refere à redistribui-

Tabela 1. Pernambuco – Sertão – Agreste – Mata. Índice de evolução dos imóveis agropecuários, por grupos de área total – 1965-1976.

Ano Base: 1965

ZONAS FISIAGRÁFICAS E CLASSES DE ÁREA	Nº de Imóveis			Área total		
	1965	1972	1976	1965	1972	1976
PERNAMBUCO	100	79,31	94,05	100	94,43	105,30
Menos de 10	100	64,67	78,30	100	71,48	85,84
10	100	105,62	123,50	100	104,49	120,96
100	100	105,70	117,24	100	93,45	102,54
1.000	100	94,76	103,14	100	95,28	104,52
mais de 10.000	100	118,18	109,09	100	76,36	72,70
SERTÃO	100	94,41	116,51	100	92,67	105,23
Menos de 10	100	70,04	93,92	100	76,30	100,04
10	100	111,95	135,01	100	109,63	129,83
100	100	110,39	123,50	100	99,89	110,52
1.000	100	81,62	93,08	100	72,66	83,46
mais de 10.000	100	50,00	37,50	100	34,75	29,59
AGRESTE	100	69,39	80,17	100	98,09	107,68
Menos de 10	100	60,73	71,37	100	68,48	79,62
10	100	96,27	107,74	100	96,22	106,75
100	100	117,33	126,65	100	110,15	119,07
1.000	100	165,00	162,50	100	150,97	150,87
mais de 10.000	100	-	-	-	-	-
MATA	100	90,18	103,37	100	96,39	101,70
Menos de 10	100	85,20	98,11	100	80,55	92,45
10	100	118,49	136,61	100	104,44	120,31
100	100	65,89	72,57	100	57,95	62,10
1.000	100	118,42	119,30	100	185,07	190,35
mais de 10.000	100	300,00	300,00	100	177,29	177,29

Fonte: INCRA – Estatísticas Cadastrais
Elaboração: CEPA-PE.

Tabela 2. Agreste de Pernambuco. Evolução dos investimentos na agropecuária – 1970-80

(em mil cruzeiros de 1970)						
ANOS	TOTAL		Terras Adquiridas		Instalações e Benfeitorias	
	Pernambuco	Agreste	Pernambuco	Agreste	Pernambuco	Agreste
70	70.619	27.434 (38,8)	7.072	3.300 (46,6)	29.558	10.626 (35,9)
75	171.826	66.468 (38,7)	15.990	10.460 (65,4)	43.443	18.155 (41,8)
80	446.283	205.187 (46,0)	36.758	22.361 (60,8)	110.015	41.014 (37,3)

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1970-80
Valores deflacionados pelo índice geral de preços – disponibilidades interna –
Fundação Getúlio Vargas.

Tabela 3. Agreste de Pernambuco – Financiamento à atividade agropecuária 1970-80

(em mil cruzeiros de 1970)				
ANOS	TOTAL		De Entidade do Governo	
	Pernambuco	Agreste	Pernambuco	Agreste
1970	104.985	33.561	76.682	26.826
1975	283.326	71.081	238.222	64.702
1980	440.064	117.167	392.927	107.721

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1970-80
Valores deflacionados pelo índice geral de preços – disponibilidades interna –
Fundação Getúlio Vargas.

ção da terra, que figuram entre os seus objetivos principais, pouco realizou. Dos seus recursos entre 1972 e 1977 em torno de 16% foram destinados à redistribuição de terras e mais de 50% foram utilizados para financiar investimentos rurais, programas agroindustriais e a modernização. O item expansão e modernização representou quase 40% dos referidos gastos (SALES, 1984:48).

O Fundo de Investimento do Nordeste-FINOR favoreceu as grandes propriedades e deu ênfase aos incentivos à pecuária. Em Pernambuco a área média das propriedades beneficiadas é 1.473 ha e a maior parte dos projetos se destinam ao criatório, com ênfase à pecuária de corte. (SALES, 1984: 54 e 60).

Uma idéia do processo de pecuarização verificado no Agreste pernambuco é dada na tabela 4, que mostra a evolução do rebanho bovino e sua respectiva produção de leite, entre 1960 e 1980. Os efetivos cresceram 2,5 vezes no período considerado e a produção na atividade leiteira, fortalecimento a posição do Agreste de maior produtor no Estado.

Tabela 4. Agreste de Pernambuco – Evolução do rebanho Bovino e produção de leite 1960-80

ANOS	Efetivo (Nº Cab.)	Produção de Leite (Mil L.)
1960	408.064	50.843
1970	661.888	91.272
1975	852.949	144.876
1980	1.020.284	174.668

Fonte: Censo Agrícola 1960
Censo Agropecuário 1970-80

Os dados oferecidos na tabela 5 mostram como se deu a utilização da terra no que diz respeito às pastagens, no período. Em termos de área ocupada, as pastagens naturais ao final de 20 anos não apresentavam substanciais ganhos de área, se bem que atingisse em 1970 seu mais alto valor. Em relação as pastagens plantadas, a área apresentou importantes ganhos durante todo o período considerado, perfazendo no total um crescimento de 6,3 vezes, entre 1960 e 1970.

Verifica-se pois a intensificação da pecuária no Agreste de Pernambuco pelo grande incremento das pastagens cultivadas. O pouco emprego de mão-de-obra é uma das características da atividade pecuária. No caso em pauta, houve um aumento de aproximadamente 400.000 ha de terras utilizadas na pecuária não havendo portando correspondência no que se refere à oferta de emprego rural. O modo como a atividade se implantou, substituindo parte das áreas ocupadas com alimentos será analisada a seguir.

As transformações verificadas na utilização do solo com culturas temporárias, sobretudo alimentícias, são apresentadas na tabela 6, compreendendo a evolução das seguintes atividades: feijão, mandioca, milho e algodão herbáceo.

Como não se dispõe de informações sobre área colhida no Censo de 1960, a referida tabela abrange o período 1970-1980, embora os dados sobre a produção em toneladas naquele ano sejam também consideradas nas análises sobre a produção agrícola do Agreste.

O ano de 1980 se situa em pleno período de 5 anos de seca que atingiu a parte semi-árida do Nordeste e as culturas aqui consideradas logicamente sofreram os efeitos dessa estiagem, umas com maior resistência à seca que outras.

O ano de 1975 foi bom em matéria de chuvas e, mesmo assim se teve redução da área colhida de mandioca e algodão herbáceo, embora os acréscimos de área no feijão e no milho, sejam de pouca monta.

O período 1970/80, no Agreste, a área colhida dessas culturas foi reduzida em mais de 230.000 ha, destacando-se a cultura do milho, que entre 1970 e 1980 teve sua área reduzida em menos da metade.

Tabela 5. Agreste de Pernambuco – Área ocupada com pastagens em HA – 1960-80

ANOS	Pastagens Naturais	Pastagens Plantadas
1960	542.534	55.949
1970	699.649	149.379
1975	693.075	251.222
1980	597.890	352.653

Fonte: Censo Agrícola 1960
Censo Agropecuário 1960-80

Embora se reconheça a importância do aspectos climático, mesmo assim pode-se observar que a produção de feijão caiu de aproximadamente 45.000t em 1960 para 34.000 t em 1970 e 20.000 t em 1980. A produção de mandioca se comportou de modo semelhante, com a produção de 429.000 t em 1970 sendo superada em 1975, apesar da redução da área colhida. Já o milho apresentou em 1960 uma produção de aproximadamente 107.000 t, 60.000 t em 1970, 102.000 t em 1975 e 28.000 t em 1980. O algodão herbáceo em caroço apresentou entre 1970 e 1980 produções decrescentes, conforme a tabela 6.

Assim, o crescimento e a intensificação da pecuária se deu no Agreste, em parte, pela ocupação de áreas antes destinadas às lavouras, tradicionalmente praticadas pelos pequenos proprietários, posseiros, arrendatários e assalariados. O capim plantado substituiu as culturas alimentares e industriais que representam uma complementação da renda familiar.

A tabela 7 mostra como esta modernização se deu também pelo vertiginoso aumento no uso de tratores e arados, financiados pelos mecanismos de crédito e incentivos do setor público, beneficiando a grande empresa, pela elevação da produtividade dos trabalhadores.

No Agreste, antes da modernização, predominava na pequena produção o sistema de atividade constituído de culturas de subsistência e algodão. A pecuária de médio porte representada por suínos, caprinos e bovinos, apresentava significativa importância como complementação da renda familiar. As categorias dos arrendatários, parceiros e ocupantes, trabalhavam em formas de contrato chamados comumente "renda pela palha" em que colhiam a produção de culturas temporárias, pagavam a "renda" ao proprietário e deixavam no roçado restos de culturas para o gado do proprietário. Às vezes estes contratos incluíam a implantação da palma forrageira ou outro tipo de capim, preparando assim o terreno para sua utilização no criatório. No verão, a sobrevivência desses pequenos produtores era assegurada pela emigração temporária para a Zona da Mata, para trabalhar como assalariado no corte da cana.

Tabela 6. Agreste de Pernambuco – Área colhida e produção de algumas lavouras temporárias – 1970-80

ANOS	FEIJÃO		MANDIOCA		MILHO		ALG. HERBÁCEO (CAROÇO)	
	Área (ha)	Prod. (t)	Área (ha)	Prod. (t)	Área (ha)	Prod. (t)	Área (ha)	Prod. (t)
1970	167.482	34.032	90.242	429.000	197.781	60.643	59.010	12.698
1985	173.758	62.553	69.214	479.815	199.692	101.727	31.758	9.717
1980	106.700	20.317	53.450	394.257	85.261	28.619	29.454	6.384

Fonte: IBGE – Censo agropecuário 1970-80

Tabela 7. Agreste de Pernambuco – Número de tratores e arados 1960-80

Anos	Tratores	Arados
1960	171	2.100*
1970	344	13.237
1975	547	17.478
1989	1.237	28.407

Fonte: Censo Agrícola 1960
Censo Agropecuário 1970-80

(*) números aproximados

Com o crescimento da pecuária intensiva, os médios e grandes empresários apresentaram menos interesse pela "renda pela palha", conseqüentemente diminuiu a área cultivada das culturas temporárias e a sua produção, como se viu. Os rebanhos de médio porte também diminuíram, conforme dados dos Censos. Um grande contingente de arrendatários, parceiros e ocupantes, viram-se sem os meios de produção com que sempre trabalhavam – a terra de trabalho – embora na condição de não proprietário. A tabela 8 apresenta a evolução do número de estabelecimentos trabalhados por esses pequenos produtores nos últimos 10 anos, bem como a respectiva área ocupada por esses estabelecimentos. Assim no ano de 1980 o número de estabelecimentos representava 68% em relação a 1970 e a área ocupada respectiva perfazia 69%. Portanto, verifica-se que o processo de pecuarização no Agreste resultou em diminuição das oportunidades de trabalho para um considerável número de produtores. Esta mão-de-obra desempregada passa a constituir um contingente de braços disponíveis. Já não emigra em épocas em que os trabalhos do roçado estão concluídos, pois não dispõe de terra arrendada, ocupada ou em parceria como meio de produção. Resta-lhe o assalariamento temporário, em qualquer época do ano, ou a emigração para os centros urbanos, como forma de sobrevivência.

Tabela 8. Agreste de Pernambuco – Arrendatários, parceiros e ocupantes 1970-80

ANOS	Nº de Estabelecimentos	Área Ocupada (ha)
1970	85.357	216.040
1975	64.842	159.525
1980	57.640	150.059

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1970-80

A modernização ocorrida sob os auspícios do Estado em benefício da grande empresa, através dos créditos e incentivos fiscais, resultou igualmente em maior concentração da estrutura fundiária, conforme se pôde constatar na tabela 1.

Por outro lado, na Zona da Mata ocorre um processo de modernização que expulsa os moradores dos engenhos e cria o seu exército de reserva, também formado por trabalhadores assalariados temporários, disponíveis às tarefas da cana. Os trabalhadores expulsos do Agreste vão também engrossar as fileiras deste exército de reserva ou fazer-lhe concorrência.

Outra alternativa como estratégia de sobrevivência é a proletarização nas cidades, muitos engajando-se na construção civil. Mas as cidades não podem absorver toda esta mão-de-obra: parte dos trabalhadores expulsos do campo passam a se constituir em desempregados ou subempregados urbanos.

CONCLUSÕES

O processo de modernização da agropecuária nos últimos 20 anos foi estimulado e sustentado pelo Estado, através de linhas de crédito e incentivos fiscais, favorecendo a grande empresa, repercutindo na inviabilização de um grande número de pequenos produtores e na expansão da mão-de-obra temporária. O processo também possibilitou a aquisição de terras pelos grandes proprietários, contribuindo assim para maior concentração fundiária.

No Agreste o processo se dá pela expansão e intensificação da pecuária bovina. Enquanto o rebanho e as pastagens plantadas crescem, a área das culturas temporárias, sobretudo alimentícias, se reduzem. As tradicionais relações da produção calcadas no binômio culturas alimentares x pecuária são substituídas com a expansão da pecuária, provocando o desemprego de um apreciável contingente de pequenos produtores, os quais vão engrossar as fileiras dos trabalhadores assalariados temporários na atividade canvieira ou emigrar para os centros urbanos.

Entre os anos de 1965 e 1976 a categoria de imóveis entre 1.000 e 10.000 ha apresentou um importante incremento de área, enquanto as propriedades com menos de 10 ha apresentaram redução do número e da área ocupada.

Em 20 anos os efetivos bovinos cresceram 2,5 vezes e a produção de leite 3,4 vezes. Nesse mesmo período a área ocupada com pastagens cresceu quase 400.000 ha, enquanto as culturas alimentares decresceram em 230.000 ha entre 1970 e 1980.

O número de tratores passou de 171 em 1960 para 1.237 em 1980. O incentivo ao uso de insumos e equipamentos dado aos grandes e médios proprietários se faz através de linhas de crédito como PROTERRA e FINOR.

Em 1980 o número de estabelecimentos trabalhados por arrendatários, parceiros e ocupantes representava 68% em relação a 1970 e a área ocupada respectiva perfazia 69%.

A ação do Estado no setor primário nos últimos 20 anos não patrocinou, portanto, o fortalecimento da pequena produção nem melhorou a qualidade de vida da população rural mais necessitada. Pelo contrário, veio possibilitar a concentração na posse da terra, uma acumulação maior das grandes empresas, pela privação dos meios de produção a um grande número de pequenos produtores e sua transformação em assalariados temporários.

REFERÊNCIAS

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Rio de Janeiro, RJ. **Censo agrícola pernambucano**, 1960. Rio de Janeiro, IBGE, 1969.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Rio de Janeiro, RJ. **Censo agrícola pernambucano**, 1970. Rio de Janeiro, IBGE, 1975.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Rio de Janeiro, RJ. **Censo agrícola pernambucano**, 1975. Rio de Janeiro, IBGE, 1979.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Rio de Janeiro, RJ. **Censo agrícola pernambucano**, 1980. Rio de Janeiro, IBGE, 1983.
- SALES, T. **Agreste, Agrestes**; transformações recentes na agricultura nordestina. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- SILVA, J.G. da. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1982.
- SILVA, J.G. da. **O que é questão agrária**. São Paulo, Brasiliense, 1984. (Coleção Primeiros Passos, 18).
- SUDENE. **Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Nordeste**. Salvador, 1983. v.I. Trabalho elaborado pelo Grupo IV Regional.